

## A predição aristotélica da verdade: um esboço do significante

Taciana de Melo Mafra

É por demais espantoso constatar o quanto as vinhetas dos antigos filósofos gregos estão próximas do que há de mais notável acerca das construções a respeito do lugar da linguagem no humano.

Ainda por estes dias, um físico alemão depôs que é muito curioso o fato de que os humanos sejam os únicos falantes encontrados na Biologia, o que atesta uma enorme diferença entre eles e as demais espécies do mundo animal, as quais, a eles comparadas, são muito pouco espertas. Contudo, continuava o cientista, o homem não é tão esperto que possa saber como é que tudo começa, de onde ele próprio vem.

Pode-se acrescentar que o desconhecimento humano é mesmo sua condição; aliás, havia um pouco esse sentido no que dizia o físico alemão, ou seja, não é possível ao humano encontrar um saber que dê conta de um axiomático não-sabido. É desse vazio impreenchível que se forjam coisas.

Saber das Coisas foi uma obstinada preocupação de Platão e de seu magistral discípulo, Aristóteles. Desde os primórdios, o tentame incansável de encontrar respostas para o que são as Coisas levou o gênio de Aristóteles a demarcar, com precisão, o lugar da palavra no humano, e Platão cingiu com uma metáfora a *Alegoria da Caverna*<sup>1</sup>, sua teoria sobre as idéias, não por outra coisa que para dar conta do estatuto das Coisas.

A teoria platônica é bastante louvável em sua construção, deixando posto, pontuado, o termo da representação. As cópias, boas ou más, e os simulacros constituem uma elaboração brilhante para o encaminhamento do que vem a ser o símbolo, no sentido em que versa uma representação da Coisa.

Mas não é em Platão que iremos encontrar a articulação desses elementos, reportando-os à linguagem. Isso é a obra de Aristóteles que nos lega, ao deixar cravada, através do tratamento dado ao discurso, a diferença de seu pensamento diante do mestre, mas sem arredar da afirmação de que vem daí o eixo de sua formulação. Irá construir a partir dessa diferença<sup>2</sup>.

Se, no que diz respeito a Platão, Aristóteles atesta oposição, é no sentido de que marca uma diferença a partir da simetria com essa alteridade.

A oposição a Platão é, portanto, a marca que efetiva o acicate do combate aos sofistas, com os quais haverá divergência radical.

A contenda ferrenha de Aristóteles com os sofistas tinha uma faceta que asseverava certa ausência de suficiência, nas críticas de Sócrates e de Platão a aqueles. Ele afirmava essa insuficiência indicando, quando renunciava seus argumentos, que as críticas socráticas e platônicas apenas apontavam o equívoco sofista, mas não demonstravam sua malha.

---

<sup>1</sup> Cf. Platão (1997) *A República*. São Paulo: Nova Cultural.

<sup>2</sup> Cf. Garcia-Roza, L. A. (1998) *Palavra e Verdade: na Filosofia antiga e na Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Aristóteles denunciava que a retórica sofista partia do princípio de que a verdade pouco ou nada importava, em seu absoluto; o que importava era forjar uma verdade, nem que isso implicasse o maior dos equívocos<sup>3</sup>.

Essa fala a serviço da sugestão deixava Aristóteles indignado, visto que todo o seu esforço em edificar os caminhos para perseguir esta verdade absoluta eram maculados por esses poderosos oponentes, capazes de manipular, com a retórica, os veredictos mais impróprios.

Nos trâmites peripatéticos<sup>4</sup> para atingir o que lhe causava indignação, recorreu ao silogismo, fazendo com que a verdade extraída de uma premissa discursiva fosse submetida a uma demonstração, para a qual seriam possíveis duas proposições: falsa e verdadeira.

Desta forma, não bastava que o discurso encontrasse uma plástica harmônica e convincente, a fim de que o encontro com a verdade fosse estabelecido; muito pelo contrário, a palavra poderia utilizar-se do engano na determinação de sua significação.

Esta abordagem aristotélica resulta no lastro imponente de uma lógica, por onde Freud e Lacan tomam atalho.

Aristóteles define o homem como o animal que possui a palavra<sup>5</sup>, portanto, não será na concepção sobre a potência do discurso que irá rebelar-se contra os sofistas. Ele não se contrapõe à crença na dimensão criativa do discurso, que teria o poder até mesmo de transformar o mundo, produzindo infinitos sentidos.

Apesar de não estabelecer uma distinção entre a forma e o conteúdo do discurso, deixou demarcada a diferença entre o discurso dialético e o discurso retórico.

O discurso dialético traz em sua definição um propósito de verdade, enquanto a retórica sofista é baseada na persuasão e na doxa.

Em *Dos Argumentos Sofísticos*<sup>6</sup>, Aristóteles concebe, através da refutação, a denúncia articulada do ilogismo sofista. Distingue dois tipos de refutação: a aparente e a real, desta maneira encontrando as bases de sua reprimenda aos sofistas.

Afirmava que “a ciência do discurso não é a ciência universal, e a verdadeira ciência só pode ser a *ciência da coisa*”<sup>7</sup>.

Desta afirmação de Aristóteles depreendem-se conseqüências fundamentais, no curso das elaborações sobre a linguagem.

Os termos com que irá prosseguir desdobram a questão, mirando numa ciência das coisas a fundamentação para a linguagem.

Ora, isso é muito avançado, pois o que ele encontrará nesse caminho é uma outra afirmação que aponta um hiato entre as palavras e o sentido das coisas, de onde irá se construir uma relação que

---

<sup>3</sup> Cf. Aristóteles. (1973) *Dos Argumentos Sofísticos*. In: *Os Pensadores*. Vol IV. São Paulo: Abril Cultural.

<sup>4</sup> Referente à metodologia da escola aristotélica.

<sup>5</sup> Aristóteles. (1973) *Os Pensadores*. Vol IV. São Paulo: Abril Cultural.

<sup>6</sup> Cf. a nota 22.

<sup>7</sup> Garcia-Roza, L. A. Op. cit. : 69.

nada tem de natural e que resulta numa operação onde será articulada uma “teoria da linguagem como signo e do ser como significado”<sup>8</sup>.

Desta forma, estabelece a inscrição de uma função significante da palavra, na medida em que sua consequência é que, entre as palavras (sons) e as coisas, encontra-se uma relação mediada pelos “estados de espírito”, ou seja, aquilo que vem estabelecer um critério de verdade.

O valor apofântico<sup>9</sup> não é uma propriedade da palavra e sim da ordem do *logos*, referido à linguagem. Ou seja, estaria no pensamento o dispositivo para discernir sobre a verdade, conquanto as palavras fossem símbolos dos “estados de espírito”.

Afirmar a disjunção entre palavra e coisa, estabelecendo nessa hiância uma relação que revela a ambigüidade da linguagem, é apontar o inapreensível do Real, na impossibilidade de fazer coincidir palavra e coisa.

Aristóteles, nesse tempo primordial da gênese das teorias da linguagem, concebe com magnitude a equação que monta uma lógica discursiva calcada no endereço da palavra, dizendo com clareza que o discurso humano é discurso para o outro.

O inevitável equívoco sobre o qual a linguagem é fundada em relação à coisa encontra um termo simbólico pela via da relação do significado com a significação. O primeiro veiculado pelo segundo, enquanto portador do campo da universalidade.

O retorno a Aristóteles tem o sentido de encontrar as premissas mais remotas para a linguagem, numa elaboração brilhantemente dotada, para a qual uma visada retrospectiva encontra a imponente radicalidade do simbólico em sua singularidade, revelando o campo da ciência demarcado pela linguagem e atravessado de uma insuficiência simbólica irrefutável.

Aristóteles persegue uma ontologia que assegure a verdade absoluta através de seus pressupostos. Isso não terá como demonstrar. Mas deixará para a ulterioridade das construções do pensamento humano o lastro por onde Freud e Lacan apontarão o inconsciente como revelação da radical singularidade do significante.

---

<sup>8</sup> Garcia-Roza, L. A. Op. cit. :70 .

<sup>9</sup>“Aristóteles chamou de apofântico o enunciado que pode ser considerado verdadeiro ou falso e considerou que esse tipo de enunciado é o único objeto da lógica da qual, portanto, são excluídas as orações, as ordens, etc., cujo estudo pertence à retórica ou à poética.” (Abbagnano, N. (1998) *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, p.73).